

E agora, o que fazer?

ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS

Os recentes acontecimentos que agitarão o meio estudantil brasileiro e que vieram revelar, com toda a clareza possível, a insatisfação de que se encontra possuída a juventude brasileira, estão a merecer uma séria análise e, a partir dela, um esforço construtivo, capaz de pôr a serviço do País a generosidade, a coragem, o idealismo dos jovens, que nem sequer os agitadores profissionais conseguiram macular, apesar de seus esforços para aproveitá-los, com a falta de escrúpulos que é substancial à sua ação.

A Revolução de março — e isso não é novidade para ninguém — não conseguiu atingir aquele que deveria ser o seu alvo fundamental: mobilizar o País e especialmente a sua juventude para a construção de uma sociedade melhor, alicerçada em instituições democráticas autênticas. Não vamos discutir a "política econômica" do governo ou as indiscutíveis realizações de mérito por ele efetuadas, entre elas os investimentos feitos no Nordeste, muito mais valiosos, certamente, do que a declaração óca e irresponsável de demagogos em traje civil ou de batina. O problema central não é este. Os equívocos do governo instituído em nome da Revolução são principalmente políticos. Seu combate à corrupção não convenceu ninguém e o combate à subversão foi realizado, quando o foi, muito mais com a força do que com a inteligência — e, com isso, potencialmente ao menos, a subversão ganhou novas dimensões. Além disso — e esse foi de todos o mal maior — o governo tomou conta da Revolução, transformou-a, indebitamente, em instrumento de intervenção em juízo de todas as ações e, dia a dia, afastou-se do povo, divorciou-se da juventude. A Revolução era nossa, o governo é dele mesmo. E, a partir dessa detestável auto-suficiência, fundada na convicção de que a revolução brasileira é meramente um problema técnico, o governo, friamente, burocratizou-se. Na área política, passou ao duplo jogo das ameaças e das composições espúrias, aliando-se a alguns velhos fósseis da pior tradição na vida pública nacional, concedendo-lhes tudo, desde que não interferissem na obra da burocracia. Com isso, manteve uma tócia aparência de legalidade constitucional e instituiu o autoritarismo de fato. Que se fale, que se discuta; na hora de fazer, o governo faz o que achar correto, sem demonstrar o mínimo interesse pela opinião pública. Paternalisticamente, o Estado vela por nós. Como o poder despótico que um dia Tocqueville imaginou, pretende ser "o único agente e árbitro exclusivo" da felicidade do povo e talvez não se desgostasse em livrar-nos do "incômodo de pensar e da angústia de viver".

Um Estado burocrático, tutelar e frio, e um bando de políticos a lutar por sua sobrevivência, especialistas na arte camaleônica da adaptação, eis ao que foi reduzida a vida cívica da Nação. Não era essa, certamente, a Revolução com que sonhávamos. Não é essa a revolução capaz de despertar o entusiasmo popular ou de canalizar as energias da juventude, de que depende o futuro do País. O descontentamento se generaliza, a descrença se apossa de todos. Produto dessa descrença e desse descontentamento são, no que têm de mais profundo, as manifestações da juventude. E, senão um produto, pelo menos uma exploração de tal descontentamento e de tal descrença são as novas investidas dos totalitários ou as absurdas propostas de "frentes únicas" que nenhum prodígio de inteligência terá o condão de justificar ou de legitimar, nem mesmo quando partem de um líder democrático honesto e autêntico. Apenas os que procuram explorar, nesta ou naquela direção, a descrença e o descontentamento populares em função de seus fins políticos não compreenderam que eles já nada significam ou que passam a significar cada vez menos em virtude dessa ação. "Temos um profundo desprezo pelos nossos políticos e achamos que, com eles, nada de sério e de grande pode ser feito" — essa frase, que ouvimos de um jovem universitário democrata, exprime o estado de espírito do povo em geral e, de forma particularmente acentuada, da juventude.

Ora, com esse estado de espírito não construiremos o nosso País; com ele seremos presas fáceis das minorias totalitárias organizadas e fanatizadas que estão à espera de sua oportunidade. Oportunidade que acabará chegando se não reagirmos. Os burocratas de hoje um dia deixarão o poder — e nesse dia não haverá lideranças democráticas para assumir o comando do País porque a juventude livre, marginalizada pelo governo, acabará, desencantada, marginalizando-se a si mesma, compreendendo a inutilidade de um protesto que não se substancia em ação consciente e organizada e que só tem adquirido objetivos precípicos quando manipulada pelos totalitários.

É em virtude dessa situação que, com a responsabilidade de cidadão democrata e de educador, achamo-nos, não no direito mas na obrigação, de dirigir uma palavra à juventude democrática brasileira, de fazer-lhe um apelo, antes que seja tarde demais. A força desse apelo depende, fundamentalmente, da com-

preensão que a juventude tenha ou possa vir a ter de que a Revolução de março de 64 e o governo são realidades distintas. Aquela é um episódio dramático de um movimento muito mais amplo, que é a própria história da nacionalidade em busca de instituições livres, de uma vida mais humana, mais prospera e mais bela. Este é uma circunstância da luta pelo poder. O governo só se transformará em proprietário da Revolução de março se cada um de nós, os que de alguma forma lutamos por um Brasil melhor ou alguma vez com ele sonhamos, subordinando a nossa luta e o nosso sonho ao ideal de uma vida digna e livre, se cada um de nós, dizíamos, lhe entregarmos, guardando dela apenas a lembrança do que não se fez, a decepção, a frustração.

Não é só com o poder político nas mãos, gozando das vantagens do oficialismo, que se faz uma revolução. Não é só tentando conquistar o poder político e as verbas públicas que se age em favor da transformação do País, de sua modernização. Não nos esqueçamos que, mesmo sob regimes políticos autoritários, os poderes sociais continuam a existir e a agir, a influir e a trabalhar. Se o poder político é mais forte do que qualquer um dos poderes sociais, isoladamente, a soma destes, a não ser nos regimes totalitários, (*) pode equilibrar-se à força da juventude organizada, disposta a trabalhar e a criar. Isso é o que a juventude democrática brasileira, que é quase toda a nossa juventude, parece ainda não ter compreendido completamente. Desiludida com as lideranças políticas do País, ela se entrega à descrença, ao vazio ou ao protesto, vago e generalizado, que não a levará a parte alguma.

Acostumamo-nos todos, os mais velhos e os jovens, a pensar o futuro de nosso País em função do governo, esquecendo-nos de que o muito que já conseguimos, frequentemente, não decorreu de qualquer ação governamental. Acostumamo-nos a pensar no Estado-Providência e a fazer da substituição periódica dos governantes a chave de nossa felicidade ou de nossa desgraça. Ao invés de agir, esperamos sempre convencer os governantes a que ajam. Em tudo reclamamos, do homem de empresa ao estudante, a intervenção do Estado — e depois nos espantamos ao encontrá-lo em toda a parte. E isso, mais do que qualquer outra coisa, nos conduz à inércia.

Detenhamo-nos um momento no exame do movimento democrático estudantil e veremos, mais uma vez, confirmar-se o fato. Ninguém discute — e este jornal mostrou-o mais cedo e melhor do que qualquer outro órgão de opinião — que o governo saído da Revolução de março cometeu erros sobre erros em matéria de política estudantil. Tentou discipliná-la, o que não poderia deixar de fazer, é certo, mas não compreendeu que essa disciplina, para impor-se de fato, dependia da confiança da juventude no poder público, dependia da integração da juventude na obra revolucionária. Quando parece tê-lo descoberto, já era tarde. As violências policiais, sozinhas, falaram mais alto do que qualquer MUDES que se pudesse inventar. O governo errou, não se discute. Mas que fizeram os estudantes? Tentaram organizar, junto com os jovens que não são estudantes — e que são a maioria — algum movimento ou associação, buscando o auxílio de diferentes "poderes sociais", e entregando-se a uma obra construtiva, que pode representar um impulso inaleculável na vida brasileira no caminho da vida melhor? Não, é preciso, que o digamos sem rebuços, com toda a clareza. Os estudantes democratas ficaram à espera da ação governamental. Não compreenderam que podiam fazê-la sozinhos. Reclamaram, às vezes os próprios democratas, contra uma lei que não lhes tirou senão a liberdade de levarem a política para dentro das escolas, que não lhes tirou senão a liberdade de se entre-

garem a greves que em nada ajudaram o progresso do País, mas o dificultaram, que não os obrigou senão, como todo mundo, a subordinar-se às normas do direito público nas suas organizações oficiais, dentro das escolas, e não preberam que tinham plena liberdade para associar-se, independentemente das escolas e fora delas, não para "fazer política", mas para trabalhar, com amor e fé, pelo seu País. O Movimento Universitário para o Desfalecimento da Operação Ubatuba, não foram produtos do oficialismo. Mostraram, entretanto, o que os jovens podem fazer. Podem eles levar as luzes da cultura a rincões distantes e abandonados, podem contribuir eficazmente para a educação sanitária do povo, podem ensinar técnicas de trabalho mais aperfeiçoadas a quem não sabe o que é uma escola, influenciando de maneira direta no aumento da produtividade nacional. Tudo isso não depende do governo, tudo isso pode ser feito pela juventude, com o apoio dos poderes sociais. Essa, e não a greve, não o vazio protesto, é a autêntica revolução da juventude democrática. A revolução que não é a do governo, que não é a oficial, mas que encarna o verdadeiro espírito do movimento de março.

Em lugar de protestar contra o governo, de denunciar sua mediocridade e sua esterilidade, o importante é realizar uma obra grande e fecunda, única forma de salvar-nos, igualmente, da agitação estéril e mediocre, sem objetivos claros e elevados. Se o governo não faz a revolução democrática com que sonhamos, façam-na nós, façam-na os jovens. E se não a puderem fazer inteira, lancemos as mãos seguras para que nossos filhos possam completá-la. Nosso problema não é trocar um governante por outro, um burocrata por outro. É dar de nós mais do que aquilo que estamos dando, é compreender que o Estado

não é a Nação e que mesmo descrendo daquele esta pode seguir o seu caminho e realizar a sua tarefa. Como os jovens, também nós estamos cansados dos nossos políticos. Será essa uma boa razão para procedermos como eles? Será essa a forma de conquistarmos a autoridade moral necessária para exigir do Estado que ele modifique a sua ação?

O governo passa, os velhos fósseis da política também passam. Chegará o momento em que essa juventude democrática de hoje terá que assumir o poder — se não quiser entregá-lo aos totalitários que continuam à espreita. E para que essa juventude se encontre preparada para assumir o poder e para fazer dele um uso mais legítimo do que o de agora, é preciso que ela, desde já, ponha mãos à obra. Porque só assim ela ganhará as condições reais para o exercício justo e inteligente do poder.

O caminho que se abre aos jovens, sob o governo autoritário que nos rege, é de realizar pelo trabalho organizado algo dondulo com que a Nação sonha. Eis a essência do nosso apelo.

Perguntamo-nos todos, os que acreditamos na democracia, os que amam verdadeiramente a liberdade e que são muito diferentes dos que a invocam talmente, o que fazer. Fortaleçamos nosso espírito, alimentando-o de autêntica cultura democrática. Alimento que está nos livros mas que está também na ação democrática criadora e livre, que não espera o beneplácito do governo ou as subvenções oficiais para revelar a sua face e a sua força.

Vereador assume a Prefeitura

O presidente da Câmara Municipal, vereador Manoel Figueiredo Ferraz, assumiu ontem o cargo de prefeito da Capital, que exerceu enquanto o sr. Faria Lima permaneceu no exterior, em visita aos Estados Unidos e Canadá.

Na solenidade de posse, realizada às 12 e 30, o sr. Figueiredo Ferraz declarou que o entendimento entre os dois poderes — Executivo e Legislativo municipais — se concretizou desde o dia da posse do sr. Faria Lima e isto só traz benefícios à população paulistana. Acentuou que o reatamento que ora se verifica na chefia do Executivo é momentânea e por isso mesmo não haverá modificações no quadro da administração e muitos menos será alterado o ritmo de obras públicas.

Ressaltou o aspecto político da sua presença na chefia da Prefeitura, afirmando que ele e o prefeito são homens públicos de partidos diferentes, mas que se entendem perfeitamente e que esta política, de alto sentido, só beneficia a população paulistana. Acentuou que o reatamento que ora se verifica na chefia do Executivo é momentânea e por isso mesmo não haverá modificações no quadro da administração e muitos menos será alterado o ritmo de obras públicas.

Afirmou, ainda, que o sr. Faria Lima pode viajar descansado, pois não é "homem de conta-corrente" e não haverá contraprestação de favores; saberá honrar o mandato e tudo fará para que não haja solução de continuidade nos trabalhos da Prefeitura.

Comparou o ato de posse com o sr. Arnaldo Cerdeira, presidente da seção estadual da ARENA, a vereador Dulce Sales Cunha, o atual presidente da Edilidade, vereador Emilio Menghini, o líder Giola Junior, e alguns elementos do extinto-PSP.

Denúncia não foi recebida

RECIFE, 8 — O juiz auditor Amílcar Cardoso de Menezes Filho, da Auditoria da 7.ª Região Militar, rejeitou denúncia de subversão oferecida contra o sr. Pelopidas Silveira, ex-prefeito de Recife e ex-vice-governador de Pernambuco, julgado a sem apoio legal.

O advogado do indiciado juntou ao processo mais de 200 documentos contendo declarações favoráveis à conduta de seu constituente. Entre eles

encontram-se afirmações dos deputados José Carlos Guerra e Augusto Novais de que ouviram do marechal Castelo Branco que a conduta do sr. Pelopidas Silveira "era inatacável".

Estudantes
RIO, 8 — O advogado Sobral Pinto vai impetrar "habeas corpus" junto ao Superior Tribunal Militar em favor de vários estudantes, presos no último dia 3 em Belo Horizonte, sob a acusação de participarem de uma passeata de protesto contra a eleição do marechal Costa e Silva.

Julgamento
O Superior Tribunal Militar julgará na próxima segunda-feira a apelação interposta em favor do sargento José Edson Gomes, condenado em 1.ª instância à pena de 2 anos e 2 meses de reclusão por crime de subversão.

Prisões
Os ferroviários Jaci da Silva Barreto e Beronício Ferreira Pessoa foram presos no último dia 5, em Caxias, pela Polícia da Estrada de Ferro Leopoldina.

O general Branco, chefe de segurança da Leopoldina, disse que a prisão foi efetuada por solicitação do DOPS do Estado do Rio.

Estranha personagem no governo

Constituiu misterio ainda não bem decifrado o papel que está exercendo no governo do Estado o sr. Manoel da Silva Marinho. Apontado como "amigo pessoal" do sr. Laudo Natel, não tem qualquer função ou cargo oficial, mas tem uma sala própria no Palácio do Governo, anexa ao gabinete do chefe do Executivo, onde comparece diariamente para atender secretários de Estado, deputados etc. Não se sabe a que se dedica o sr. Marinho, mas sabe-se que não gosta de ser notícia. Afirmou-se que é muito difícil ser-se recebido pelo sr. Laudo sem passar pelo sr. Marinho.

Sua presença permanente e diária ao lado do sr. Natel vem dando margem a comentários os mais diversos, que já refletiram até na imprensa. Entre revolucionários da linha dura, tanto civis como militares, os comentários são desfavoráveis.

CBI
FUNDO DE RENDA ACUMULADA VALOR SEMANAL DA QUOTA Cr\$ 2.052
R. FORMOSA, 367-17º-32-5131

ASA
AÇONEL S.A.
aços em geral indústria e comércio
rua guaicurus, 957 fones 62-6171 — 62-5405 62-7636 — 65-2559
representantes e distribuidores autorizados de **AÇOS VILLARES**
o máximo em qualidade

MINERVA S.A. CONTABILIDADE E ASSUNTOS FISCAIS
FUNDADA EM 1926
Rua Boa Vista, 314 - 3.ª and. - Tel.: 35-1156 - (Rede Interna) - Caixa Postal 8914 - End. Teleg. "MINERVA" - S. Paulo.
ADVOGADOS - ECONOMISTAS - AUDITORES - CONTADORES - DESPACHANTES OFICIAIS - NOSSOS SERVIÇOS CUSTAM MAIS PORQUE SÃO PERFEITOS

Ponte reduz custo de operação

Da Sucursal
RIO, 8 — A construção, pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, de uma ponte no porto de Ilhéus, Bahia, permitiu uma redução da ordem de 70,8% nos custos operacionais para o embarque do cacau.

Esse melhoramento, que funciona substituindo o complicado sistema Porto-Alvarenga-Navio, reduziu de Cr\$ 1.193 para Cr\$ 347 o custo por saca, possibilitando aumento substancial no embarque do cacau pelo porto de Ilhéus. Em breve serão iniciadas as obras definitivas do porto de Malhado, que substituirá o atual.

CADEIRA GENUFLEXORIO
De 28.000 por **28.000**
HENRI MATARASSO decorações S.A.
AV. PAULISTA, 664

12 DE OUTUBRO

DIA DA CRIANÇA E DIA DE BRINQUEDO

ESTRELA
Rua Joaquim Carlos, 633 — São Paulo